

INSERÇÃO TARDIA PARA RAÍZES: SUPLEÇÃO E DEPOÊNCIA LATE INSERTION FOR ROOTS: SUPPLETION AND DEPONENCY

Paula Roberta Gabbai Armelin¹

Lydsson Agostinho Gonçalves²

Nilton Duarte Melo³

RESUMO

Este trabalho revisita o debate entre inserção tardia e inserção precoce de raízes no quadro teórico da Morfologia Distribuída (HALLE E MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), oferecendo argumentos a favor da primeira abordagem. Em um primeiro momento, a Morfologia Distribuída postulava que, durante a derivação sintática, todos os elementos que a compunham eram desprovidos de traços fonológicos, sem distinção entre itens funcionais e lexicais (MARANTZ, 1995), sendo que a inserção de fonologia só aconteceria tardiamente, através da operação de Inserção de Vocabulário no ramo da interface fonológica. A aplicabilidade desse mecanismo a raízes começou a ser questionada principalmente a partir de Embick (2000), segundo o qual a única maneira de explicar o comportamento idiossincrático dos verbos depoentes do latim seria assumir que as raízes estão inteiramente presentes, inclusive fonologicamente, em toda a derivação, o que ele chamou de inserção precoce. Esse debate se estende ainda a outro fenômeno, a supleção de raiz, caracterizado por alterações fonológicas radicais em raízes em determinados contextos. Devido à dificuldade de individualização das raízes, o mecanismo de inserção não conseguiria prever adequadamente os contextos supletivos, o que levou Embick e Halle (2005), por exemplo, a concluir que tal fenômeno se limita a itens funcionais. Vários trabalhos, porém (HARLEY, 2014; BOBALJIK, 2012; VESELINOVA, 2006), atestam a supleção em itens lexicais. Neste artigo, retomamos esses argumentos e apresentamos alternativas de análise que não dependem da inserção precoce de raízes: (i) para a supleção, propomos uma individualização por meio de índices numéricos, seguindo a linha de autores como Acquaviva (2008), Pfau (2000, 2009) e Harley (2014); (ii) para os depoentes, trazemos uma análise baseada no funcionamento do núcleo *Voive*, nos moldes de Alexiadou (2013) e introduzida inicialmente em Gonçalves e Armelin (2018), que, além de produzir os resultados esperados, apresenta a vantagem de sistematizar os demais contextos de sincretismo passivo no latim.

PALAVRAS-CHAVE: inserção tardia; supleção; sincretismo; verbos depoentes.

ABSTRACT

This paper revisits the debate between late insertion and early insertion of roots in the theoretical framework of Distributed Morphology (HALLE AND MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), offering arguments in favor of the first approach. In the beginning, Distributed Morphology stated that all elements of the syntactic derivation should be devoid of phonological features, without any distinction between functional or lexical items (MARANTZ, 1995), assuming, therefore, the concept of late insertion of phonological features, through the operation of

¹ Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora da Faculdade de Letras do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: paula.rg.armelin@gmail.com.

² Mestrando em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Financiamento PBPB/UFJF - CAPES. E-mail: lydsson.goncalves@gmail.com

³ Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Financiamento CAPES. E-mail: niltduartemelo@gmail.com

Vocabulary Insertion. The applicability of that mechanism to roots was questioned in Embick (2000), according to whom the only way to explain the idiosyncratic behavior of deponent verbs in Latin would be to assume that roots are entirely present throughout the derivation, including its phonological content, which he called early insertion. The debate extends to another phenomenon, root suppletion, characterized by radical phonological alterations on roots in certain contexts. Due to the difficulty of individuating roots, the mechanism of insertion would not be able to correctly predict suppletive contexts, which led Embick and Halle (2005), for example, to conclude that the phenomenon is limited to functional items. Several works, however (HARLEY, 2014; BOBALJIK, 2012; VESELINOVA, 2006), provide evidence for suppletion on lexical items. We return to those arguments and present alternatives that do not depend on the early insertion of roots: (i) for suppletion, we propose an individualization through numerical indexes, along the lines of Acquaviva (2008) and Pfau (2000, 2009); (ii) for deponents, we present an analysis based on the functioning of the *Voice* head, in line with Alexiadou (2013), and initially introduced in Gonçalves and Armelin (2018). We propose that this analysis may, besides producing the expected results, still be able to systematize the other passive-syncretic contexts in Latin.

KEYWORDS: late insertion; suppletion; syncretism; deponent verbs.

INTRODUÇÃO

Nos estudos linguísticos desenvolvidos em quadros gerativistas, a sintaxe frequentemente ocupou um lugar de destaque, com uma predominância de trabalhos focados em fenômenos desse componente, enquanto a morfologia ocupou um lugar relativamente mais discreto. Isso se deveu, em grande parte, à força obtida pelos chamados modelos lexicalistas de gramática (ARONOFF, 1976; BASÍLIO, 1980; LIEBER, 1980; entre outros). Tais modelos postularam a existência de um componente pré-sintático, o léxico, no qual são concentrados os processos de formação de palavras, ao passo que a sintaxe em si fica responsável pela organização dos elementos gerados por ele em estruturas sintagmáticas e sentenciais. De maneira geral, nos modelos lexicalistas, a postulação de regras de formação de palavras, alocadas em um léxico gerativo, costuma ser pautada pela ideia de ausência de previsibilidade nas regras morfológicas, sinalizando a necessidade de um componente morfológico autônomo (cf. HALLE, 1973). Devido à centralidade da sintaxe, ou mesmo à falta de sistematicidade atribuída à morfologia, fenômenos ligados mais diretamente ao comportamento das palavras, como a supleção e o sincretismo, foram, muitas vezes, deixados de lado como tangenciais ou de pouca relevância para o quadro maior, sintático. Todavia, a partir principalmente da década de 1990, novas abordagens não lexicalistas de formação de palavras, tais como a Morfologia Distribuída (HALLE E MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997), doravante MD, têm ganhado espaço nas discussões gerativistas, o que, por sua vez, traz à tona questionamentos a respeito desses fenômenos.

O modelo de arquitetura de gramática assumido pela MD se diferencia das abordagens lexicalistas na medida em que estipula a existência de um único componente gerativo no seu sistema: a sintaxe. Previamente, como o léxico era responsável pela formação de palavras e a sintaxe pela formação de sentenças, havia, de fato, dois componentes que desempenhavam uma função muito similar, qual seja, a combinação de elementos menores em estruturas complexas. Criticando essa divisão, a MD propõe, distribuir as informações antes lexicais ao longo de toda a derivação. Para tanto, essa perspectiva teórica faz uso de três listas, entendidas como repositórios de informações relevantes para o sistema linguístico: a *lista 1* (ou *léxico estrito*), que contém os primitivos relevantes para a computação sintática, isto é, traços morfossintáticos e raízes; a *lista 2* (ou *vocabulário*), local de armazenamento dos expoentes fonológicos associados aos traços que eles representam, também chamados de *itens de vocabulário* (IVs), os quais serão atribuídos aos nós

terminais da sintaxe; e a *lista 3* (ou *enciclopédia*), um conjunto de informações conceituais de natureza extralinguística.

Enquanto a lista 1 fornece os primitivos para a atuação da sintaxe, as listas 2 e 3 são pós-sintáticas, ou seja, a informação contida nelas é acessada somente após as relações estruturais terem sido geradas no componente sintático. As principais razões para essa distribuição são que: (i) não parece haver, nas línguas naturais, uma relação sistemática de um para um entre informação fonológica e informação gramatical/conceitual (cf. HALLE & MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997); e (ii) tais informações parecem irrelevantes para a sintaxe como um todo, não havendo a necessidade de estarem presentes em toda a derivação (cf. MARANTZ, 1995). O posicionamento dessas informações pós-sintaticamente acarreta como questão central, porém, qual seria o mecanismo responsável pela associação, então, da informação fonológica às estruturas sintáticas. Adaptando a proposta de Anderson (1992), a MD assume a ideia de uma *inserção tardia* da fonologia para os nós terminais sintáticos. Isso significa que, após a construção da estrutura sintática, cada nó é “pareado” com os IVs disponíveis na língua, de modo que aquele que contiver uma maior especificação em relação à estrutura sintática será inserido naquele nó, tal como previsto pelo Princípio do Subconjunto (HALLE, 1997). Como os IVs podem ser subespecificados, um fenômeno como o sincretismo se torna uma consequência natural do sistema: em determinada configuração, devido à ausência de um IV totalmente especificado, um menos especificado, que por isso também caberia em outro nó terminal sintático, pode ser inserido.

Embora a inserção tardia seja hoje amplamente aceita para os morfemas funcionais, não é consenso que também o seja para as raízes, devido à ideia de que elas são destituídas de traços morfossintáticos. Isso parece incompatível com o mecanismo de Inserção de Vocabulário, que ocorre a partir do pareamento de um (sub)conjunto de traços entre um dado nó e o conjunto de traços de um dado IV. As raízes, portanto, sendo destituídas de informação morfossintática, não deveriam ser capazes de se parearem a IVs a partir da checagem de traços desse tipo. Diante disso, uma contraproposta surgiu na literatura: a de que as raízes teriam um estatuto especial, sendo sujeitas a uma inserção precoce, ou seja, seriam carregadas ao longo de toda a derivação com as suas especificações fonológicas. Esse debate ganhou força a partir da proposta de Embick (2000) para os verbos depoentes do latim, uma classe verbal que, embora sempre se manifeste na língua com morfologia passiva, se comporta sintática e semanticamente como ativa. Embick (2000) defende que não é possível derivar o comportamento altamente idiossincrático dos depoentes caso suas raízes estejam sujeitas à inserção tardia, posto que, sendo ele totalmente privado de qualquer sistematicidade, só pode ser condicionado pela natureza da própria raiz. Além disso, o autor postula a presença de um traço [pass] na própria raiz dos verbos depoentes, que, por ter efeito no componente sintático, levaria, então, à conclusão de que a raiz – que contém tal traço – precisasse ser sintaticamente visível. Entendendo que as propriedades da raiz não podem ser decompostas, já que isso configuraria um processo de formação prévio, o que acarreta enormes problemas para o modelo, o autor conclui que ao menos as raízes de verbos depoentes precisam ser inseridas precocemente.

O debate, que se expandiu para outros domínios a partir do questionamento de Embick (2000), chegou também à supleção, um fenômeno caracterizado pela realização de formas fonológicas drasticamente diferentes para um mesmo item linguístico, como nos pares *sou/ fui* do português ou *go/ went* do inglês. A natureza das raízes e seu funcionamento no sistema são pontos centrais para a compreensão desse fenômeno, pois não é óbvio como um mesmo item pode se manifestar em formas tão diversas. Se as raízes contêm fonologia em si mesmas e a carregam ao longo da derivação, como podem sofrer tamanhas mudanças? Nesse sentido, a inserção tardia poderia ser uma boa solução, evitando a necessidade de duplicação de raízes (isto é, dizer que *go* e *went* são raízes diferentes que, porventura, remetem ao mesmo evento no mundo). No entanto, não havendo um sistema para individualizar as raízes, como garantir a entrada de determinada

forma supletiva e não qualquer outra? Diante dessas questões, alguns autores, como Marantz (1995) e Embick e Halle (2005), defendem que a supleção verdadeira só se aplica a itens funcionais, e que exemplos tradicionais do fenômeno como os citados acima se encontram exatamente nesse domínio. Uma vez que os itens funcionais são consensualmente (i) desprovidos de fonologia e (ii) individualizados pela constituição dos IVs, é possível não só prever a possibilidade de supleção desses elementos, como também garantir, via especificação contextual, qual é o elemento apropriado para ser inserido em um determinado nó sintático.

Partindo das linhas de raciocínio delineadas acima, este trabalho se insere no debate numa tentativa de fornecer argumentos a favor da inserção tardia para todos os itens da derivação, sem distinção com relação ao funcionamento das raízes, apresentando análises alternativas para os fenômenos em questão, a saber, os verbos depoentes do latim e a supleção de raiz, que não dependem da inserção precoce de conteúdo fonológico na derivação. O trabalho foi desenvolvido especificamente dentro do quadro teórico da MD e, embora sua discussão envolva dados reais de diversas línguas e fenômenos empiricamente verificados, caracteriza-se principalmente como uma discussão de caráter teórico. Tal recorte se faz necessário devido à grande complexidade tanto dos fenômenos em si, quanto dos mecanismos utilizados para sua derivação, os quais requerem uma discussão minuciosa. Para atender a essas necessidades, o trabalho está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, retomamos os conceitos de inserção tardia e precoce, bem como elaboramos o embate teórico entre as duas posturas; na segunda, revisitamos o fenômeno da supleção e apresentamos evidências de sua existência em elementos lexicais, bem como as análises de individualização de raízes⁴ presentes na literatura que podem ser utilizadas para a manutenção de um sistema de inserção tardia para todos os itens; na terceira seção, abordamos o comportamento dos verbos depoentes e propomos uma análise baseada no funcionamento do núcleo *Voive*, inspirada no trabalho de Alexiadou (2013) para a morfologia passiva grega, que dispensa totalmente a inserção precoce. A seção final traz conclusões e perspectivas futuras.

1 Inserção tardia *versus* inserção precoce: histórico e consequências

Entre as propriedades que definem o modelo da MD está a remoção de toda informação que não seja estritamente necessária para a derivação sintática do componente pré-sintático, outrora conhecido como léxico e agora reinterpretado como lista 1. Em termos práticos, isso significa que a lista 1 só deve conter traços morfossintáticos e raízes⁵, elementos sem os quais a sintaxe não consegue atuar, mas não fonologia e informações conceituais (extralinguísticas), já que essas parecem totalmente dispensáveis ao seu funcionamento. Essas informações foram redistribuídas ao longo do modelo de gramática e só são acessadas quando se tornam de fato relevantes, isto é, nos ramos de PF (*phonological form*, “forma fonológica”) e LF (*logical form*, “forma lógica”). No ramo de PF, mais especificamente, as estruturas sintáticas passam pelo processo de Inserção de Vocabulário. Nele, ocorre uma competição entre IVs, sendo o mais adequado escolhido e inserido em cada posição relevante⁶. Essa competição se dá sob as condições do *Princípio do Subconjunto* (HALLE, 1997, p. 128):

Princípio do Subconjunto: o expoente fonológico de um item de vocabulário é inserido em um morfema no nó terminal se o item contiver todos ou um subconjunto dos traços gramaticais especificados no morfema terminal. A inserção não acontece se o

⁴ Para uma discussão acerca do conceito de individualização de raízes, remetemos o leitor a Rappaport-Hovav (2014).

⁵ Para uma visão alternativa de raiz como *placeholder*, cf. De Belder e Van Craenenbroeck, 2015.

⁶ Assume-se que a inserção de um expoente fonológico se aplica somente aos nós terminais (morfemas) (HALLE E MARANTZ, 1993; EMBICK, 2015).

item de vocabulário contiver traços inexistentes no morfema. Quando mais de um item de vocabulário atende às condições de inserção, o que contém o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido.⁷

A ideia de que as estruturas sintáticas em si não possuem conteúdo fonológico e que este é adquirido posteriormente ficou conhecida como inserção tardia da fonologia, e ela é hoje bastante aceita no domínio dos itens funcionais. Há, contudo, um debate quanto a ela se estender também às raízes. Isso porque, como as raízes são destituídas de informação morfossintática, não deveriam ser capazes de estabelecer uma associação de traços com itens de vocabulário. Esse questionamento tem diversas ramificações, mas, em linhas gerais, a problemática acerca da aplicação de inserção tardia para raízes se resume às seguintes questões: (i) raízes, por serem nós terminais, estão sujeitas à inserção tardia? (ii) Se sim, uma vez que o processo consiste no pareamento de traços (morfossintáticos) entre um nó terminal e um conjunto de itens de vocabulário e considerando que raízes são destituídas de tais traços, como elas se integram à Inserção de Vocabulário?

Essas questões têm levantado um acalorado debate na MD, gerando uma gama de diferentes propostas para tratar a temática. Duas são as posturas mais frequentemente encontradas: propostas que defendem a inserção tardia para raízes (MARANTZ, 1996, 1997; HARLEY, 2014; HAUGEN e SIDDIQI, 2013) e propostas que defendem a inserção precoce, ou seja, que raízes entram na derivação sintática já com uma identidade fonológica (EMBICK, 2000, 2015; EMBICK E HALLE, 2005; BORER, 2013).

Posto que a sintaxe lida apenas com informação sintaticamente relevante, Marantz (1996, 1997) aponta que não há razões para se argumentar que raízes sejam tratadas de maneira diferente dos morfemas funcionais pelo sistema computacional, já que, na visão do autor, morfemas raiz podem conter traços morfossintáticos abstratos. Porém, apesar de as raízes estarem sujeitas à inserção tardia, tal qual os morfemas funcionais, elas não estariam, segundo ele, sujeitas ao Princípio do Subconjunto, uma vez que os traços que compõem um nó raiz não são especificados o suficiente para delimitar o IV que deve ocupá-lo. Assim, a atribuição de fonologia para esse tipo de nó terminal acabaria feita via livre escolha do falante. Em consequência disso, as raízes nem precisariam ser individualizadas na lista 1. Diferentemente da abordagem de Marantz (1996, 1997), Embick (2000, 2015) e Embick e Halle (2005) assumem a perspectiva da inserção precoce de fonologia para raízes, ou seja, raízes entram na computação sintática já com seus expoentes fonológicos. É a partir de uma análise dos verbos depoentes em latim que Embick (2000) chega à conclusão de que raízes devem entrar na derivação sintática já carregando essa informação, bem como todas as outras que ditam seu comportamento, por ele ser imprevisível por meio dos mecanismos tradicionais⁸. O nó sintático que abriga a raiz não está, portanto, sujeito ao processo de inserção tardia.

A controvérsia acerca da natureza das raízes tem levado outros autores a argumentarem a favor da necessidade de individualizá-las já na lista 1 e por meio de seu material fonológico, como Borer (2013). A autora sustenta sua hipótese partindo da argumentação de que é a representação fonológica das raízes que garante sua identidade linguística e reforça o argumento com a observação de que certas raízes têm sua semântica definida apenas na relação com outro afixos (como *straw* em *strawberry*). Assim, para Borer (2013), raízes são itens destituídos de categoria lexical, informação conceitual e informação gramatical. Logo, pensar em morfemas lexicais que

⁷ “Subset Principle: the phonological exponent of a Vocabulary Item is inserted into a morpheme in the terminal string if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take place if the Vocabulary item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen.” Esta e todas as demais traduções presentes no trabalho são nossas.

⁸ A proposta de Embick (2000) será explorada em detalhe na seção 3 deste artigo.

estejam fora da noção de raízes como expoentes fonológicos é, segundo a autora, contraditório, visto que, fora a informação fonológica, nenhum outro tipo de informação linguística se encontra disponível para a individualização das raízes na lista 1.

Outros autores, no entanto, se opõem à noção de inserção precoce para raízes (HAUGEN E SIDDIQI, 2013; HARLEY, 2014). Harley (2014), em especial, defende que as raízes, sendo verdadeiros morfemas, devem estar sujeitas à competição por IV, ao contrário da proposta de Marantz (1996), mas com isso também reconhece a necessidade de individualizá-las. Até certo ponto, seu raciocínio se assemelha ao de Borer (2013), quanto à observação de que as raízes têm seu significado definido apenas contextualmente, ou seja, no ambiente sintático e na relação com os outros nós terminais. Portanto, não podem ser individualizadas em decorrência de seu conteúdo semântico⁹. Por outro lado, Harley (2014), diferentemente de Borer (2013), defende que raízes não podem ser individualizadas pela fonologia, em razão de fenômenos como a supleção de raiz, isto é, variações radicais na realização de determinadas raízes em determinados contextos. A conclusão de Harley (2014) é a de que morfemas raiz devem ser individualizados de modo independente, mais especificamente via índices numéricos, na linha das propostas de Acquaviva (2008) e Pfau (2000, 2009). Esses índices são os responsáveis por estabelecer a ligação entre um IV e uma raiz no momento de Inserção de Vocabulário, de forma semelhante à checagem de traços para morfemas funcionais: o IV que tiver o índice numérico compatível com o de um determinado nó raiz será aquele a fornecer a expressão fonológica da raiz. Nos casos de supleção de raiz, o IV que for mais especificado com o conjunto de traços do domínio estrutural em que a raiz está contida realizará tal núcleo fonologicamente.

Tal como Harley (2014), Haugen e Siddiqi (2013) argumentam que a inserção tardia para raízes deve se manter da mesma forma que para itens funcionais. Eles criticam, dessa forma, a proposta de inserção precoce de Embick (2000), oferecendo meios alternativos para alcançar os resultados desejados na derivação dos verbos depoentes do latim. Haugen e Siddiqi (2013) argumentam, ainda, com base em uma discussão a respeito da natureza da lista 1: se essa lista é universal (ou parte de um subconjunto de universais), a inserção precoce de raiz se torna paradoxal, uma vez que cada língua está sujeita a regras de organização fonológica específicas que não são compartilhadas por todas as línguas do mundo.

Tendo revisado brevemente o debate entre inserção tardia e precoce, nas próximas seções apresentamos argumentos a favor da primeira. Iniciaremos explorando melhor as possibilidades da supleção em raízes, com evidências empíricas de que elas estão, de fato, sujeitas ao fenômeno e aplicando um sistema de individualização que possa abarcar os dados sem a necessidade de uma inserção precoce, a qual acarretaria uma duplicidade de entradas lexicais nesses casos. Na seção seguinte, apresentaremos uma proposta alternativa à de Embick (2000) para o tratamento de verbos depoentes.

2 Raízes e supleção – uma questão empírica

Uma das principais razões para que não seja consenso se morfemas raiz estão ou não sujeitos à inserção tardia é a possibilidade de haver irregularidades na sua realização fonológica. Entende-se a variabilidade na realização concreta de um morfema como sendo uma instância de alomorfia. A alomorfia se caracteriza como o fenômeno em que existem diferentes morfemas que realizam um mesmo morfema (KATAMBA E STONHAN, 2006), ou seja, casos em que um

⁹ Um caso tradicionalmente citado nessa argumentação é o das raízes de línguas semíticas (como as triconsonantais do hebraico), em que o significado de uma formação é dado pelo padrão vocálico que se realiza junto a uma sequência consonantal – diferentes padrões vocálicos resultam em diferentes significados (ARAD, 2003, 2005). Esses dados indicam que não se pode individualizar as raízes por meio de sua identidade semântica (HARLEY, 2014). Para uma contraposição a Harley (2014), cf. Minussi e Bassani (2017).

mesmo morfema apresenta diferentes realizações concretas em diferentes contextos estruturais são casos de alomorfia. Em algumas situações, a distância fonológica entre os morfemas é tão extrema que não é mais possível estabelecer uma relação entre eles, caso seja assumida apenas a fonologia como fator de identidade. Isso ocorre, por exemplo, com o verbo *ser* em português, conforme ilustrado abaixo:

(1) Variação na realização fonológica do verbo *ser* em português

- a. [ser] + [1ª p] + [pres.]: *sou*
- b. [ser] + [1ª p] + [pret. perf.]: *foi*
- c. [ser] + [1ª p] + [pret. imp.]: *era*

Em (1), a associação do verbo *ser* a traços de primeira pessoa e a diferentes tempos (presente e pretérito) e aspectos (perfeito e imperfeito) resulta na atribuição de expoentes fonológicos diversos, ou seja, diferentes configurações morfossintáticas desencadeiam a ocorrência de um contexto de alomorfia para o verbo *ser* em português. Essa alomorfia é notável especialmente nos casos de primeira pessoa, como apontam os dados em (1), acima. O que mais chama a atenção, porém, é que a forma fonológica de cada dado é maximamente distinta das outras. Casos de alomorfia gramatical em que as formas fonológicas são completamente diferentes recebem na literatura o nome de supleção. Veselinova (2006, p. xv) caracteriza a supleção da seguinte maneira: “O termo supleção é tipicamente usado para se referir ao fenômeno no qual relações semânticas e/ou gramaticais regulares são codificadas por padrões formais imprevisíveis”¹⁰.

A relação entre a supleção e o debate a respeito da inserção tardia tem suas origens numa problemática apontada em Marantz (1996, 1997), pois tangencia uma questão profundamente teórica: a individualização das raízes. Como a MD não assume um léxico pleno de informações, como o das teorias lexicalistas, e propõe que toda estrutura complexa é gerada no componente sintático, é inevitável que a natureza das raízes seja uma questão difícil de resolver, já que, intuitivamente, elas parecem estar relacionadas a uma gama de significados enciclopédicos. Também, sendo a MD uma teoria separacionista, no sentido de que diferentes tipos de informação são armazenados em diferentes locais da arquitetura da gramática, pode não ser claro quais informações devem estar na lista 1 e, principalmente, como podem ser representadas, em especial quando o que está em jogo é a natureza da raiz. A supleção, enquanto um fenômeno em que formas fonológicas maximamente diferentes são associadas a um mesmo item linguístico, coloca em foco a questão da individualização das raízes, pois:

- (i) As raízes, ao contrário dos itens funcionais, não devem conter traços morfossintáticos.
- (ii) Uma vez que as raízes são, por natureza, o elemento linguístico que aloja informação extralinguística e que toda informação enciclopédica foi alojada no fim da arquitetura da gramática, é consensual que a atribuição desse tipo de conteúdo se dê em um dos últimos estágios da derivação sintática. Portanto, é difícil argumentar que raízes podem ser individualizadas em função de seu conteúdo enciclopédico.
- (iii) Tem ocorrido um caloroso debate em torno da possibilidade de individualizar raízes a partir da sua fonologia, e a supleção, se estendida ao seu domínio, entra como um fenômeno que sugere que raízes estão sujeitas não apenas à inserção tardia, como também ao Princípio do Subconjunto.

¹⁰ “The term suppletion is typically used to refer to the phenomenon whereby regular semantic and/or grammatical relations are encoded by unpredictable formal patterns.”

Uma vez explicitada a relação entre a supleção e a problemática acerca da natureza das raízes, e levando em conta a discussão delineada na seção anterior, desenvolveremos a seguir a ideia de que raízes estão sujeitas tanto à inserção tardia de fonologia quanto ao Princípio do Subconjunto. Ancoramos nossa hipótese em pressupostos de dois níveis: teórico e empírico.

Do ponto de vista teórico, propomos que assumir um sistema em que raízes estão sujeitas à inserção tardia de fonologia e ao Princípio do Subconjunto, como os itens funcionais estão, parece mais interessante em termos de coerência interna do modelo, uma vez que toda a representação fonológica passa a estar contida em uma única lista, o Vocabulário. Essa uniformidade parece mais econômica do que se assumir que existem dois locais diferentes na arquitetura da gramática responsáveis por armazenar informação fonológica (a lista 1 e o Vocabulário). Além disso, ainda do ponto de vista teórico, a hipótese de que raízes são destituídas de informação fonológica antes do Spell-Out é coerente com a noção de que a sintaxe opera apenas com informação sintaticamente relevante. Uma vez que informação fonológica não desencadeia ou limita qualquer operação sintática, parece um ônus desnecessário carregar esse tipo de informação durante a derivação sintática propriamente dita. Dessa mesma forma, assumir que morfemas raiz são destituídos de fonologia antes do Spell-Out parece mais elegante diante da organização da gramática do modelo em Y invertido assumido no modelo da MD: as listas pós-sintáticas são associadas às interfaces interpretativas, ou seja, a informação fonológica especificamente é acessada somente no caminho para interface articulatória.

Do ponto de vista empírico, também parece mais adequado propor que raízes estão sujeitas à Inserção Tardia. Isso porque há dados translinguisticamente atestados por diversos autores (VESELINOVA, 2006; VAFAEIAN, 2010; BOBALJIK, 2012; HARLEY, 2014; MOSKAL, 2015) em que a supleção opera em itens de natureza propriamente lexical. Apesar de esse fenômeno, no desenrolar histórico da morfologia, frequentemente ter sido deixado de lado em função de a sua natureza ser considerada excepcional, alguns autores vêm propondo que a supleção, além de não estar restrita ao domínio funcional, pode também ser formalizada através de domínios sintáticos de localidade. Bobaljik (2012), Harley (2014), Arregi e Nevins (2014) e Bobaljik e Harley (2017), por exemplo, têm demonstrado que a supleção é desencadeada em função do ambiente sintático em que o item supletivo está inserido. Assim, esse fenômeno, sendo uma ocorrência solidamente atestada para itens funcionais e lexicais, tem servido como uma das principais evidências empíricas em favor da inserção tardia de fonologia, permitindo um avanço maior na hipótese separacionista, especialmente com relação à independência da sintaxe. Cabe notar, ainda, que mesmo os autores que assumem inserção precoce de fonologia para as raízes reconhecem que, caso seja atestada a supleção de raízes, elas devem estar sujeitas a competição.

Uma discussão exaustiva da supleção em itens lexicais translinguisticamente ultrapassa os limites deste artigo; no entanto, a título de exemplificação, apresentamos abaixo alguns dados que apontam fortemente nessa direção, posto que esses itens dificilmente podem ser associados a projeções funcionais:

(2) Dados de supleção de itens lexicais

a. Verbos supletivos em Hiaki

muuke/ koko (morrer)

(suj. sg./suj. pl)

kikite/ hapte (levantar)

(suj. sg./suj. pl)

weama / rebte (caminhar por aí, perambular)

(suj. sg./suj. pl)

(BOBALJIK & HARLEY, 2017, p. 145)

b. Adjetivos supletivos em Galês

cryf/ trech (forte)

(adj./cmpr.) (BOBALJIK, 2012, p. 108)

c. Nomes supletivos em Turkana

i-koku / ŋi-de (criança)

(sg./pl)

a-tɛ / ŋa-atuk (vaca)

(sg./pl)

(DIMMENDAAL, 1983, p.250-251)

Os trabalhos que revelam a existência da supleção translinguisticamente e também as propostas que sistematizam o fenômeno têm proporcionado importantes *insights* a respeito de questões teóricas debatidas há tempos entre os morfólogos. Mais especificamente, autores como Embick (2000, 2015), Embick e Halle (2005) e Borer (2013, 2014) entendem que o fenômeno da supleção é relativamente comum no domínio funcional, mas o consideram raro, ou mesmo inexistente, no domínio das raízes. Para esses autores, o fenômeno da supleção, no domínio lexical, não é compatível com a noção de inserção precoce de fonologia e, portanto, não pode ser admitido no sistema. Para Borer (2013), por exemplo, numa proposta similar à de Marantz (1996), os aparentes casos de supleção de raízes são, de fato, instanciações de verbos leves que estão a caminho de se tornarem itens funcionais (BORER, 2013, p. 400). Muitos dos dados acima, porém, dificilmente podem ser analisados dessa forma. A supleção como um fenômeno atestado para itens lexicais, portanto, vem sendo recorrentemente usada como evidência empírica a favor da inserção tardia de fonologia, e fortalece a hipótese separacionista, especialmente no que diz respeito à independência da sintaxe com relação à fonologia.

Um desdobramento importante, no entanto, para que as raízes possam ser submetidas à atuação do Princípio do Subconjunto, é que elas precisam ser individualizadas desde a lista 1. Para tanto, propomos, seguindo Harley (2014), que essa individualização se dá via índice numérico. É importante notar que mesmo Embick (2015), o autor pioneiro na proposta de inserção precoce para raízes, assume a necessidade de índices na lista 1 para dar conta de raízes homófonas. Dessa maneira, o sistema proposto em Embick (2015) começa a ficar pesado, uma vez que o autor precisa tanto de fonologia subjacente na lista 1 quanto de índices. Um sistema que assumira somente índices seria mais econômico.

Como de Belder e van Craenenbroeck (2015), Borer (2013, 2014), Haugen e Siddiqi (2013), Harley (2014) e outros, entendemos que a interpretação de uma formação é definida sempre estruturalmente. Em outras palavras, as raízes têm seu significado, ou parte dele, estabelecido no contexto sintático. Na mesma medida, argumentamos que os morfemas raiz que são supletivos recebem seu expoente fonológico (IV) a partir da associação de um índice numérico, responsável por individualizá-los, associado a um contexto sintático estruturalmente definido. Assim, este trabalho defende, em consonância com outras propostas, que é a estrutura sintática que guia o comportamento das unidades linguísticas. Assumindo que raízes estão sujeitas à inserção tardia e que são desprovidas de informação fonológica e conceitual, naturalmente se prevê que a supleção também deve se aplicar a elas.

A opção por assumirmos que raízes supletivas são individualizadas via índices também dialoga com a discussão levantada em Marantz (1996) sobre a possibilidade, apontada pelo autor, de que raízes supletivas acabem por bloquear a entrada de outras fonologias de raiz no ambiente sintático. Para evitar isso, apesar de assumir que raízes estão sujeitas à inserção tardia de fonologia, esse autor propõe que elas não estão sujeitas ao Princípio do Subconjunto e, portanto, também não podem competir por inserção. Sendo assim, sua inserção se basearia, em última análise, na livre escolha do falante. Uma consequência da livre escolha para inserção de fonologia é que raízes nunca poderiam ser supletivas, uma vez que, nesse caso, elas precisariam competir pela escolha de um IV, pois um mesmo morfema raiz supletivo teria mais de um expoente fonológico para representá-lo, como acontece com os itens funcionais supletivos. Marantz (1996, p. 17) apresenta sua problematização da seguinte maneira:

Por exemplo, pode-se propor que a MD exclui a supleção de raízes para um item de vocabulário como “cachorro” que compete com “gato” [...] por inserção em um nó. Se “cachorro”, por exemplo, tivesse um alomorfe de plural supletivo, do tipo exibido em (12), ele bloquearia a inserção de “gato” no contexto de “plural”, excluindo “gatos” (e todos os plurais regulares de nomes em competição com “cachorro”).

[...]

(12) [animado, contável, N] \leftrightarrow /hawnd/ no contexto [+pl]
a base de plural supletiva de “cachorro” bloquearia “gato”¹¹

Pode-se questionar, no entanto, se a livre escolha do falante para definir a representação fonológica de uma dada raiz é a melhor saída para explicar a inserção de fonologia nesses casos. Empiricamente, os trabalhos que atestam a existência de supleção de raiz nas línguas naturais representam um problema sério para essa perspectiva. A argumentação feita em Marantz (1996) contra a supleção de raiz, no entanto, tem um fundo intrateórico, ou seja, na visão do autor, o sistema da MD não daria conta de apontar a inserção adequada da raiz supletiva, que bloquearia outras menos especificadas. Mesmo do ponto de vista teórico, no entanto, essa questão de bloqueio de IVs delineada pelo autor desaparece se a individualização da raiz é feita via índice.

Desse modo, a supleção de raízes, além de possível, também passa a ser sistematizável, já que seria entendida como um fenômeno desencadeado em decorrência da presença de traços localmente relacionados a uma raiz na estrutura sintática. Tendo isso em mente, assumimos neste trabalho que a supleção, tanto de morfemas raiz quanto de morfemas funcionais, pode ser descrita em termos formais¹².

3 Sincretismo e verbos depoentes do latim

Tendo discutido a natureza das raízes e de como a supleção se encaixaria num modelo que adota a inserção tardia para todo tipo de morfema, voltemo-nos agora para o fenômeno oposto, o sincretismo. Mais especificamente, olharemos para o sincretismo passivo em latim, que inclui os verbos depoentes, motivadores iniciais da proposta de inserção precoce de Embick (2000), de modo a buscar outro meio de derivá-los que não dependa desse mecanismo.

Os verbos depoentes são uma classe de verbos encontrada, por exemplo, em latim¹³, que tradicionalmente é caracterizada por possuir forma passiva, mas sentido ativo (FARIA, 1959). Esses verbos sempre se manifestam na língua na voz passiva, mas mantêm a maioria das propriedades da voz ativa, como a atribuição de caso acusativo para o objeto e nominativo para o sujeito, com a diferença de que não podem ser passivizados, aparentemente por já estarem na forma passiva. Além disso, o sentido vinculado às construções com verbos depoentes em geral não se assemelha ao das passivas canônicas. Alguns verbos que fazem parte dessa categoria são *hortor* (“exortar”), *labor* (“trabalhar”), *sequor* (“seguir”) e *utor* (“usar”)¹⁴. O paradigma abaixo ilustra

¹¹ “For example, one might propose that DM rules out stem suppletion for a Vocabulary item like ‘dog’ that competes with ‘cat’ [...] for insertion in a node. If ‘dog,’ for example, had a suppletive plural allomorph, of the sort shown in (12), this would block out the insertion of ‘cat’ in the environment of ‘plural,’ ruling out ‘cats’ (and all regular plurals of nouns in competition with ‘dog’).[...]

(12) [animate, count, N] \leftrightarrow /hawnd/ in env. [+pl]
suppletive plural stem for ‘dog’ would block out ‘cats’”

¹² Para uma sistematização formal da supleção nominal desencadeada por gênero no PB, cf. Melo (2020).

¹³ Não é apenas o latim que possui verbos com esse tipo de peculiaridade: são atestados depoentes também em grego (antigo e moderno), sueco e norueguês, embora o fenômeno pareça restrito a poucas línguas.

¹⁴ Neste trabalho, optamos por seguir a convenção gramatical latina e utilizar como forma de citação dos verbos dessa língua a de primeira pessoa do singular do presente do indicativo, em oposição ao infinitivo, como se faz em português.

o comportamento nada usual desses verbos comparando-os a um verbo regular latino na voz ativa e na passiva.

(3) Comparação entre um verbo regular e um depoente em latim

a. *uincō* (“vencer”) – regular b. *sequor* (“seguir”) – depoente

uincō (“eu venço”) ---

uincis (“você vence”) ---

uincit (“ele vence”) ---

uincor (“eu sou vencido”) *sequor* (“eu sigo”)

uinceris (“você é vencido”) *sequeris* (“você segue”)

uincitur (“ele é vencido”) *sequitur* (“ele segue”)

Como se pode observar, os verbos depoentes não dispõem de uma forma correspondente à de um verbo regular na voz ativa. Por outro lado, o sentido das construções se assemelha ao transmitido por um verbo nessa voz. Embick (2000) apresenta uma análise para esse comportamento que faz uso de um traço que o autor chama de [pass]. Tal traço, segundo ele, pode se originar em dois pontos da derivação: em *v* ou na raiz de alguns verbos específicos (os depoentes). Quando é de *v*, o traço [pass] é verdadeiramente sintático, e sua presença desencadeia aquilo que chamamos de voz passiva, bloqueando a entrada do argumento externo e (consequentemente) proibindo a atribuição de caso acusativo ao objeto. Por outro lado, se [pass] fizer parte da raiz, *v* não será afetado. O resultado é que a sintaxe permanece a mesma de uma construção ativa padrão. Todavia, a presença de [pass] na derivação, independentemente de onde tiver se originado, faz com que o componente fonológico entenda a estrutura como passiva e insira a fonologia correspondente. Como resultado, tem-se as formas consideradas passivas, como *uincor* – um passivo verdadeiro, efeito de [pass] em *v* – ou *sequor* – um depoente, resultado de [pass] na raiz.

Embora a presença do traço [pass] na raiz não altere a estrutura argumental relacionada ao verbo, como o [pass] de *v* faz, Embick (2000) descarta a possibilidade de que os depoentes sejam o resultado de alguma operação pós-sintática, devido ao fato de que estão sujeitos à mesma variação condicionada pelo traço de aspecto como qualquer verbo na voz passiva. Em latim, a voz passiva é realizada morfológicamente, como em (3), apenas no *infectum* (presente, imperfeito e futuro); no *perfectum* (perfeito, mais-que-perfeito e futuro perfeito), ela é substituída por uma formação analítica similar à do português (verbo auxiliar *sum*/ “ser” + particípio do verbo principal). Como os depoentes também passam por esse processo, Embick (2000) conclui que seu condicionamento passivo precisa estar estabelecido antes do núcleo Asp – mais especificamente, antes de um núcleo Asp que contenha o traço [perf] entrar na derivação. Em termos formais, a proposta é que [pass] e [perf] não podem interagir; assim, quando houver [perf] na estrutura, seja ele da raiz ou de *v*, o movimento de núcleo de *v* para Asp será bloqueado, ativando a estrutura analítica com o auxiliar. Havendo a necessidade da presença desse traço na sintaxe, devido ao efeito que desencadeia, e ao mesmo tempo notando seu funcionamento intrinsecamente ligado à natureza do verbo, Embick (2000) conclui que ele só pode estar na raiz dos depoentes. Para ser visível para a sintaxe, por sua vez, a raiz deve ser inserida precocemente.

A análise de Embick (2000) está sujeita a alguns questionamentos importantes, a começar pela própria natureza do traço [pass]. Parece pouco motivado, ou no mínimo redundante, que existam duas “versões” do mesmo traço e, mais ainda, que se comportem de maneiras seletivamente diferentes. Afinal, se o [pass] dos depoentes fica visível para a sintaxe, acarretando o bloqueio do movimento de *v*, por que o próprio *v* não é afetado quanto à inserção de argumento externo? Também há a questão da explicabilidade da análise: estipular que certos

verbos simplesmente possuem, arbitrariamente, um traço [pass] cujo efeito é essencialmente garantir uma idiossincrasia não tem um poder explicativo satisfatório. Nesse sentido, é quase equivalente a se propor um traço [+depoente] e embuti-lo nas raízes escolhidas, algo que se assemelha, enfim, a uma análise lexicalista. Cabe também ressaltar que a presença de tal traço nas raízes dos depoentes causa uma certa ruptura com a própria definição de raiz à qual o autor se filia: a de que são elementos puramente lexicais sem quaisquer traços sintático-semânticos na sua representação subjacente. Não fica claro por que apenas essas raízes deveriam ser diferentes. Embick (2000) também assume explicitamente a postura de que todas as raízes são acategoriais, o que torna inusitada a inclusão de um traço de natureza verbal em qualquer uma delas. O ponto mais relevante para a discussão levantada neste trabalho, porém, e que já foi apontado por Haugen e Siddiqi (2013), é que não há nada no sistema de Embick (2000) que realmente necessite da inserção precoce de fonologia na raiz. Mesmo que se assuma ser necessária a presença de tal traço, isso não acarreta necessariamente a presença também da fonologia, especialmente se levarmos em conta que a forma passiva que ele desencadeia não se realiza na raiz em si, mas em morfemas que se anexam a ela.

Ainda assim, simplesmente assumir que os verbos depoentes possuem o traço [pass], mesmo sem que a raiz seja inserida precocemente, parece uma explicação pouco motivada. Ela essencialmente rejeita a possibilidade de haver um sistema atuando por trás desses verbos, o que não parece ser verdade. Zombolou e Alexiadou (2012), analisando os depoentes do grego moderno, observaram que cerca de 13% deles são criações novas (inexistentes no grego antigo); fossem eles meras idiossincrasias, essa produtividade não seria esperada. Apesar de não dispormos de números exatos para o latim, sabe-se que também nessa língua novos depoentes continuaram a aparecer ao longo dos séculos, mesmo após o período vulgar (FLOBERT, 1975). Além disso, ainda segundo Zombolou e Alexiadou (2012), nas línguas em que os depoentes existem, eles representam cerca de 20% do repertório verbal, um número não trivial para ser relegado à excepcionalidade. Em outras palavras, esse fenômeno não é tão periférico quanto aparenta, o que sugere que resulta de propriedades sistemáticas. Haugen e Siddiqi (2013) ainda apontam que a análise de Embick (2000) encontra problemas empíricos nos verbos chamados semidepoentes, que apenas no *perfectum* se comportam como depoentes (verbos dessa categoria incluem *audeo*/ “ousar”, *gaudeo*/ “regozijar-se” e *soleo*/ “estar acostumado”). Se a especificação [pass] está na raiz, o que causa essa mudança de comportamento de uma mesma raiz? Existiriam duas raízes para *audeo*, uma contendo [pass] e a outra não, e, por coincidência, as duas se realizariam em distribuição complementar com relação a aspecto? Ainda que isso seja possível, adicionamos ainda um outro questionamento além do de Haugen e Siddiqi (2013): o que dizer dos verbos que podem ser depoentes ou não? Embora seja uma classe reduzida, há verbos em latim, conhecidos como *uerba communia* (“verbos comuns”, por possuir uma única forma comum a ambas as vozes), como *clueo* (“chamar-se”) e *trivo* (“comportar-se de modo evasivo”), nos quais a presença da morfologia passiva é opcional e não acarreta mudança de sentido. Teríamos, mais uma vez, duas raízes¹⁵?

Um último dado a ser considerado é que a morfologia passiva em latim desempenha ainda outras funções além de marcar a passiva canônica e os verbos depoentes. Ela também é

¹⁵ O caso de *clueo* é particularmente interessante, pois esse verbo é defectivo, sendo incapaz de se manifestar no *perfectum*. Nesse caso, além de haver uma duplicação de raízes, a que contém o traço [pass] nem mesmo desempenha sua função sintática de bloquear o movimento para Asp, que foi a grande motivação para Embick (2000) colocá-lo na raiz. Vale mencionar que não é de todo incomum que verbos, depoentes ou não, sejam defectivos no *perfectum* em latim. Isso, aliado aos efeitos que ele também acarreta para a formação da voz passiva, sugere que Asp desfruta de um estatuto bastante privilegiado na língua. Uma análise mais detalhada da atuação desse núcleo escapa ao objetivo deste trabalho, porém.

encontrada em construções anticausativas, impessoais e domínios médios¹⁶, como se observa nos dados abaixo:

(4) Outros usos da morfologia passiva em latim

- | | |
|---|---------------|
| a. (...) <i>ut uoluntas nostra (...) aperiatur et luceat.</i> (Sêneca, <i>De beneficii</i> , II.25) | Anticausativo |
| “(...) para que a nossa vontade (...) se espalhe e brilhe.” | |
| b. <i>Pugnatum est ab utrisque acriter.</i> (César, <i>De bello gallico</i> , 4.26.1) | Impessoal |
| “Lutou-se ferozmente, tanto da parte de um, quanto de outro.” | |
| c. <i>Abditur Orion.</i> (Cícero, <i>Aratus Phaenomena</i> , 462.26) | Médio |
| “Órion se esconde.” | |

Aplicar um traço arbitrário nos depoentes que força o aparecimento da forma passiva falha em capturar o fato de que ela possui uma distribuição bastante ampla na língua. Mais ainda, desconsidera o fato de que isso não é algo restrito ao latim: diversas outras línguas apresentam esse mesmo sincretismo entre passiva e outros contextos, geralmente os mesmos ou um subconjunto dos listados acima, dentre as quais citamos o grego (antigo e moderno), o russo, o sírio e o albanês. Alexiadou e Doron (2012) observam que, enquanto as línguas que se utilizam de morfologia para realização da sua passiva (ou ao menos parte dela, como o latim) exibem frequentemente esse comportamento, as que recorrem a uma forma analítica, como inglês, alemão e a maioria das línguas românicas, não o fazem. Com isso, as autoras concluem que deve haver uma diferença fundamental no funcionamento do sistema de vozes translinguisticamente¹⁷.

Nesse sentido, Alexiadou (2013) formaliza a ideia propondo que o núcleo de voz, *Voice*, pode ser de dois tipos, ativo ou não ativo, e que este último varia nas línguas por meio de um parâmetro: algumas possuem o *Voice* passivo, mais especificado, e outras o *Voice* médio, menos especificado. Esse segundo, disponível em latim e grego, bem como nas demais línguas de passivas sincréticas, é o que permite diferentes leituras para estruturas superficialmente idênticas. Em suma, o que ele expressa é qualquer sentido “não ativo”, e não necessariamente “passivo”¹⁸. Para Alexiadou (2013), a morfologia passiva sincrética é simplesmente a realização fonológica desse núcleo *Voice* médio.

Se a forma passiva é a realização de um núcleo funcional, a inserção precoce de raiz proposta por Embick (2000) para explicar os depoentes perde totalmente o sentido. Resta, porém, saber se eles de fato podem ser abarcados dentro desse núcleo *Voice* médio. Em verdade, parece haver bons argumentos a favor disso. Sabe-se que, historicamente, os depoentes parecem derivados de uma voz média verdadeiramente marcada em latim, como apontam Conte *et al* (2006):

“A origem medial desses verbos é fácil de reconhecer em muitos deles, que indicam **estado de espírito** ou uma **operação intelectual** que se volta para o próprio sujeito (ex.: *laetor*, “alegrar-se”, *irascor*, “irar-se”, *reminiscor*, *recordor*, “recordar-se”, *obliscor*, “esquecer-se”), ou mesmo uma ação que se dirige ao **interesse do sujeito** (ex.: *fruor*, “usufruir”, *utor*, “usar”, *uescor*, “alimentar-se”¹⁹. (p. 171, grifos no original)

¹⁶ No sentido de Kemmer (1993).

¹⁷ Também cabe mencionar que os depoentes só são encontrados em línguas do primeiro tipo (WEISSER, 2012).

¹⁸ “Ativo” sendo entendido no sentido de Hopper e Thompson (1980), com a ideia de uma ação desencadeada por uma entidade dotada de volição e cujo resultado é transferido diretamente (o que exclui causação indireta) para um paciente.

¹⁹ “L’origine mediali di tali verbi è ben riconoscibile in molti di essi, che indicano uno **stato d’animo** o un’**operazione intellettuale** che si svolge tutta all’interno del soggetto (come ad es. *laetor*, ‘allietarsi’, *irascor*, ‘adirarsi’, *reminiscor*, *recordor*, ‘ricordarsi’, *obliscor*, ‘dimenticarsi’), o comunque un’azione che si svolge **nell’interesse del soggetto** (come ad es. *fruor*, ‘fruire’, *utor*, ‘usare’, *uescor*, ‘mangiare”).”

Além disso, esses verbos parecem chamados de depoentes, em muitos casos, apenas por uma convenção gramatical que tenta unificar todos os que não dispõem de forma ativa num mesmo conjunto, pois é difícil imaginar qualquer noção de agentividade em vários dos exemplos citados acima. Para além deles, ainda há muitos outros, como *morior* (“morrer”), *nascor* (“nascer”), *sortior* (“tirar a sorte no jogo”), *reliquor* (“estar endividado”), *tristor* (“estar triste”), que mais se parecem com inacusativos que com qualquer outra classe de verbos, o que parece, inclusive, um desafio para a proposta de Weisser (2012), que propõe que a depoência é um fenômeno diametralmente oposto à inacusatividade. Assim, consideramos plausível pensar que tais verbos se realizam nessa forma simplesmente porque são associados a sentidos não ativos; a estrutura insere o *Voice* médio, que é, ele mesmo, realizado com a morfologia chamada pelas gramáticas de passiva. Em outras palavras, mesmo que seja necessário individualizar essas raízes previamente, de modo a sempre garantir a presença do *Voice* médio, a fonologia em si nada tem a ver com isso, visto que a alteração passiva/ativa ocorre no domínio funcional. Para a individualização, defendemos que o uso de índices é teórica e empiricamente mais elegante, visto que se trata de uma notação a qual (em tese) toda raiz teria, e não uma marcação específica como [pass], exclusiva desses verbos. Além disso, os índices permitem a variação necessária para os semidepoentes e os depoentes “opcionais”, por meio das informações associadas a eles nas listas relevantes, algo difícil para o [pass].

É preciso notar, todavia, que há alguns verbos depoentes cujo sentido parece realmente ativo, como o já citado *sequor*. Além disso, como o *Voice* médio não permite a entrada de argumento externo e vários depoentes possuem tal argumento realizado, surge um problema estrutural. Alexiadou (2013), após uma análise dos depoentes do grego moderno, conclui que mesmo os depoentes “ativos” não o são canonicamente, pois contêm um grau de autobenefatividade, propondo, assim, que seu argumento externo é introduzido via um núcleo aplicativo (PYLKKÄNEN, 2008). Em trabalho anterior, Gonçalves e Armelin (2018) desenvolveram uma estrutura para os depoentes latinos que parte das mesmas considerações de Alexiadou (2013), mas contém diferenças teóricas importantes. Delinearemos aqui apenas a estrutura geral da análise, mas remetemos o leitor ao trabalho citado para uma melhor elucidação.

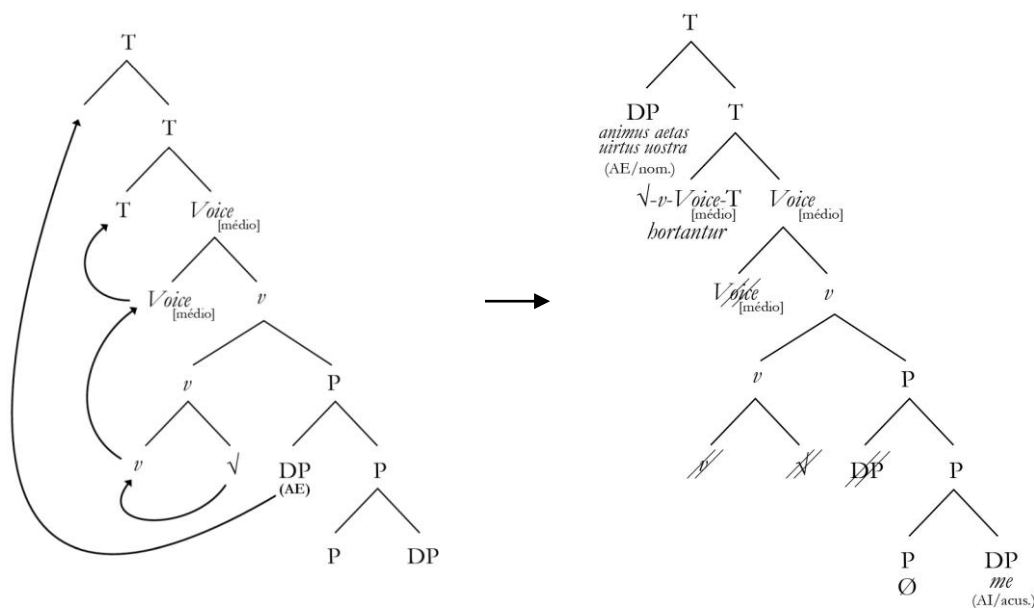
Tomando como base o estudo de Xu, Aronoff e Anshen (2007), que analisou os papéis temáticos associados aos depoentes em latim, foi possível observar que esses verbos se comportam de maneira similar à dos gregos. Ainda assim, em alguns casos não foi possível identificar a leitura benefactiva para o sujeito. Desse modo, seguimos uma linha semelhante à de Grestenberger (2017, 2018), que assume que tais verbos podem ter sido benefactivos anteriormente, mas esse sentido se esvaiu e a estrutura foi reanalisada como transitiva não canônica. Optamos, assim, por submeter a inserção de ambos os argumentos, interno e externo, a um núcleo funcional selecionado por esses verbos, o qual chamamos simplesmente de P, o qual pode ou não, a depender da estrutura, ser um núcleo do tipo aplicativo. Enquanto o argumento interno, que ocupa a posição de complemento de P, terá todas as suas necessidades estruturais satisfeitas localmente, o externo, que ocupa sua posição de especificador, recebe caso nominativo via *Agree* com T e sobe para satisfazer o EPP, pois é mais alto na estrutura. Crucialmente, ele nunca passa pelo especificador de *Voice*, o que garante a realização passiva sem estipulações adicionais: ela é ativada quando da ausência de argumento externo em *Voice*.

A derivação proposta acima difere da de Alexiadou (2013) na medida em que esta prevê que, após ser introduzido por ApplP, o argumento se mova para *spec. Voice* e o torne ativo, um movimento que acarreta problemas teóricos não explorados pela autora. Não fica claro, em seu trabalho, como o estatuto de um núcleo pode mudar de passivo para ativo, e nem que efeitos isso poderia trazer para a estrutura como um todo. É notável que esse núcleo não se comporta como se esperaria normalmente de um núcleo ativo: ele continua sendo interpretado como passivo pelo componente morfológico, mesmo tendo o especificador preenchido (já que a morfologia passiva

é inserida), e também não atribui acusativo ao argumento interno na sintaxe – o sistema da autora requer um núcleo preposicional para isso. Dessa maneira, é de se questionar por que haveria a necessidade de tal alternância. Dadas as limitações de espaço, não exploraremos essa questão em mais detalhe aqui, posto que o objetivo principal é apenas demonstrar que é possível estabelecer um sistema que independa da inserção precoce. Remetemos o leitor a Gonçalves e Armelin (2018) para uma revisão mais minuciosa acerca dessa questão.

Abaixo, apresentamos diagramas arbóreos que ilustram, de maneira simplificada, essa derivação. Utilizamos, como exemplo, o trecho *animus aetas uirtus uostra me hortantur* (“seu ânimo, sua sabedoria e sua virtude me exortam”), do texto *A conspiração de Catilina*, de Salústio (58, 119), o qual contém o verbo depoente *hortor* (“exortar”):

(5) Derivação de um verbo depoente (adaptado de Gonçalves e Armelin, 2018)



A proposta de reanálise se mostra um bom caminho para a caracterização dos depoentes, considerando que, no decorrer dos séculos, muitos deles se tornaram ativos canônicos. Aliando isso ao fato de que outros depoentes continuaram surgindo, é possível pensar que eles se caracterizam como um estágio intermediário da mudança verbal, e não apenas construções puramente idiossincráticas. De todo modo, as alternativas apresentadas nesta seção deixam claro que é possível analisá-los sem a necessidade de se assumir a inserção precoce de raízes. Mais ainda, uma perspectiva baseada em *Voice* parece capturar de maneira mais elegante outros fatores que a simples informação arbitrária da raiz acaba por não elucidar, como o sincretismo generalizado da forma passiva nessas línguas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se apresentou como uma defesa da inserção tardia de fonologia para todos os elementos da derivação sintática, sejam eles funcionais ou não, em oposição à perspectiva de que as raízes não estariam sujeitas a esse processo, e sim a uma inserção precoce. Para tanto, revisitamos dois fenômenos frequentemente citados nas argumentações a esse respeito: a supleção e o sincretismo, mais especificamente o sincretismo relacionado aos verbos depoentes do latim, razão da proposta original de inserção precoce de Embick (2000).

A supleção é essencial para o debate entre inserção tardia e precoce, pois está intimamente ligada à própria natureza das raízes como primitivos do modelo; a maneira como raízes são formalmente caracterizadas acarreta consequências diretas para a compreensão da supleção, que pode até mesmo ser excluída da teoria a depender da postura assumida. Empiricamente, no entanto, a literatura que se debruça sobre o tema tem demonstrado que há casos de pares supletivos nas línguas que não são facilmente acomodados como itens funcionais. Neste artigo, aliamos essa informação à perspectiva de individualização de raízes de autores como Harley (2014), que recorre à utilização de índices numéricos, para oferecer uma proposta que ao mesmo tempo permita a ocorrência do fenômeno e dispense a possibilidade de que conjuntos de dados como os em (1) e (2), por exemplo, tenham exatamente as mesmas referências por mera coincidência.

No caso do sincretismo passivo em latim, demonstramos que a análise de Embick (2000) para os depoentes é teórica e empiricamente frágil, não havendo, por um lado, necessidade real de inserção precoce da fonologia para que a estrutura que o autor propõe produza o resultado esperado – já que o condicionamento parece ser do traço gramatical, e não da fonologia da raiz em si – e, de outro, não oferecendo suporte a outros fenômenos intimamente relacionados aos depoentes, como os semidepoentes, e nem dos outros usos da morfologia passiva na língua, isto é, do sincretismo como um todo. Observando que não só os depoentes não são exclusivos do latim como o sincretismo passivo também não o é, propusemos uma análise alternativa e menos arbitrária, baseada no trabalho anterior de Alexiadou (2013). Nessa visão, os depoentes, bem como todas as demais instanciações de formas passivas na língua, são o resultado de um núcleo *Voice* não ativo ser subespecificado quanto ao sentido, ao contrário do que ocorre em línguas que possuem um totalmente especificado. O ponto essencial é que a morfologia passiva é a realização fonológica de *Voice*, não da raiz, o que elimina por completo a necessidade de inseri-la precocemente.

O debate está longe de ser encerrado, porém. Ainda há relutância na literatura em aceitar a supleção de raízes como um fato definitivo. Alguns autores, como Borer (2014) fazem críticas severas a essa ideia, e novos dados surgem a todo momento para fortalecer uma ou outra posição. A questão dos depoentes, por sua vez, não é menos complexa. Há vários outros tipos de análise sendo desenvolvidos para tratar esse fenômeno e também o do sincretismo passivo como um todo, e elas variam de traços especificados na raiz (WEISSER, 2012) a operações puramente fonológicas (PUJALTE e SAAB, 2012), com inúmeras variações pelo caminho. Todavia, mais do que oferecer uma resposta definitiva a esses casos específicos, pretendemos demonstrar que a inserção precoce de fonologia para as raízes, por si mesma, não é um requisito essencial do sistema linguístico para que esses dados sejam possíveis. As análises delineadas ao longo do trabalho preveem corretamente o comportamento dos fenômenos e o fazem de maneira teoricamente mais elegante, por não estipular uma distinção no sistema de inserção para um ou outro tipo de item. Além disso, as abordagens delineadas neste artigo parecem ser também empiricamente mais adequadas, cobrindo lacunas deixadas pelo dispositivo da inserção precoce.

REFERÊNCIAS

- ACQUAVIVA, P. *Roots and lexicality in Distributed Morphology*. Ms. University College Dublin/Universität Konstanz, 2008.
- ALEXIADOU, A.; DORON, E. The syntactic construction of two non-active voices: passive and middle. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 48, n. 1, p. 1-34, mar. 2012.
- ALEXIADOU, A. Where is non-active morphology. In: *Proceedings of the 20th conference on Head-driven phrase structure grammar*, p. 244-262, 2013.

- ANDERSON, S. *A-morphous morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ARAD, M. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. *Natural Language and Linguistic Theory* 21: 737–778, 2003.
- ARAD, M. *Roots and Patterns: Hebrew morpho-syntax*. Dordrecht: Springer, 2005.
- ARONOFF, M. *Word-Formation in Generative Grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.
- ARREGI, K.; NEVINS, A. A monoradical approach to some cases of disuppletion. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3-4, p. 311-330, 2014.
- BASILIO, M. *Estruturas Lexicais do Português*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BOBALJIK, J. D. *Universals in Comparative Morphology: Suppletion, Superlatives, and the Structure of Words*. Cambridge: MIT Press, 2012.
- BOBALJIK, J.; HARLEY, H. Suppletion is local: Evidence from Hiaki. In: Heather Newell, Máire Noonan, Glyne Piggott, And Lisa Demena Travis, eds. *The Structure of Words at the Interfaces*. Oxford. Oxford Studies Press. 141-159, 2017.
- BORER, H. *Taking Form, Structuring Sense Volume III*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BORER, H. Wherefore roots? *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3/4, p. 343-359, 2014.
- CONTE, G. B.; BERTI, E.; MARIOTTI, M. *La sintassi del latino*. Roma: Mondadori Education, 2006.
- DE BELDER, M., VAN CRAENENBROECK, J. How to merge a root. *Linguistic Inquiry*, 46:4, pp. 625-655, 2015.
- DIMMENDAAL, J, G. *The Turkana Language*. *Publications in African Languages and Linguistics*. Dordrecht: Foris Publications; USA: Cinnamison, 1983.
- EMBICK, D. Features, syntax, and categories in the Latin Perfect. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass, v. 31, n.2, 185-230, 1 sem. 2000.
- EMBICK, D. *The Morpheme: A Theoretical Introduction*, volume 31. Mouton de Gruyter, 2015.
- EMBICK, D.; HALLE, M. On the status of stems in morphological theory. *Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science Series 4*, v. 270, p. 37, 2005.
- FARIA, E. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FLOBERT, P. *Les verbes déponents latins: des origines à Charlemagne*. Paris: les Belles lettres, 1975.
- GONÇALVES, L. A.; ARMELIN, P.R.G. Verbos depoentes no latim: relação entre marcas morfológicas e estrutura argumental. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 61, p. 128-151, 2018.

GRESTENBERGER, La. Deponency as reanalysis: A diachronic account of voice mismatches. Ms., Concordia University/University of Vienna, 2017.

GRESTENBERGER, Laura. Deponency in finite and nonfinite contexts. *Language*, v. 94, n. 3, p. 487-526, 2018.

HALLE, M. Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, n. 4-1, p. 3-16, 1973.

HALLE, M. Impoverishment and fission. In *Papers at the Interface*, edited by Benjamin Bruening, Y. Kang, and Martha McGinnis, no. 30 in MITWPL, pp. 425 – 449. MIT, Cambridge, MA, 1997.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (eds.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: MIT Press, p. 111-176, 1993.

HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics: An Open Peer Review Journal*, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014.

HAUGEN, D.; SIDDIQI, D. Remarks and Replies - “Roots and the Derivation” *Linguistic Inquiry*. Volume 44, Number 3, 493–517, 2013.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, p. 251-299, 1980.

KATAMBA, F.X., STONHAM, J. *Morphology*. Basingstoke: Palgrave. 382 p., 2006.

KEMMER, S. *The Middle Voice*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

LIEBER, R. *The Organization of the Lexicon*, Doctoral dissertation, MIT, 1980.

MARANTZ, A. The minimalist program. In: *The principles and parameters approach to linguistic theory*. Blackwell, p. 351-382, 1995.

MARANTZ, A. Cat as a phrasal idiom: Consequences of late insertion in Distributed Morphology. ms., MIT, 1996.

MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own Lexicon. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, v. 4, n. 2, p.221-225, 1997.

MARKMAN, E. M.; WASOW, J. L.; HANSEN, M. B. Use of the mutual exclusivity assumption by young word learners. *Cognitive Psychology*, v. 47, n. 3, p. 241-275, 2003.

MELO, N. D. *Localidade e supleção nos nominais do português brasileiro: uma abordagem sintática*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.
MINUSSI, R. D.; DE SANTANA BASSANI, I. Em favor do conteúdo semântico das raízes. *Revista Letras*, v. 96, 2017.

MOSKAL, B. Limits On Allomorphy: A Case Study In Nominal Suppletion. *Linguistic Inquiry*, Volume 46, Number 2, 363–376, 2015.

PFAU, R. *Features and categories in language production*. Inaugural dissertation zur Erlangung des Grades eines Doktors der Philosophie im Fachbereich Neuere Philologie der Johann Wolfgang Goethe-Universität zu Frankfurt am Main, 2000.

PFAU, R. *Grammar as processor: a distributed morphology account of spontaneous speech errors*. John Benjamins Publishing Company, 2009.

PUJALTE, M; SAAB, A. Syncretism as PF-repair: The case of se-insertion in Spanish. In: *The end of argument structure*, p. 229-260, 2012.

PYLKKÄNEN, L. *Introducing arguments*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2008.

RAPPAPORT-HOVAV, M. Individuation criteria for roots. *Theoretical Linguistics* 40 (3/4), 429-437, 2014.

VAFAEIAN, Ghazaleh. *Breaking paradigms: a typological study of nominal and adjectival suppletion*. University of Stockholm, 2010.

VESELINOVA, L. N. *Suppletion in Verb Paradigms*. Amsterdam: Benjamins, 2006.

WEISSER, P. Mismatch Verbs: A Unified Account of Unaccusatives and Deponents. Ms., Universität Leipzig. In: *15th International Morphology Meeting*, Viena, 2012. *Morphology and Meaning: Selected Papers from the 15th International Morphology Meeting*. Amsterdam: Benjamins, 2012.

XU, Z.; ARONOFF, M.; ANSHEN, F. Deponency in Latin. *Proceedings of the British Academy*, v. 145. Oxford: Oxford University Press Inc., p 127-144, 2007.

ZOMBOLOU, K.; ALEXIADOU, A. The canonical function of the deponent verbs in Modern Greek. In: *15th International Morphology Meeting*, Viena, 2012. *Morphology and Meaning: Selected Papers from the 15th International Morphology Meeting*. Amsterdam: Benjamins, 2012, p. 331-344, 2012.